



Qualidades Educomunicativas e Comunitárias das Mídias Locais de Pequenas Cidades¹

Roberta Araujo ALBANO²

Thales Henrique PIMENTA³

Heloiza Beatriz Cruz dos REIS⁴

Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio, RJ

Resumo: As mídias locais de pequenos municípios brasileiros passaram a acolher vozes populares, reestruturaram seus conteúdos jornalísticos e misturaram as suas proposituras iniciais às premissas educomunicativas e comunitárias. Quais razões podem direcionar a comunicação local às três modificações anteriormente alistadas? Este estudo qualitativo apresenta uma análise do diálogo entre os veículos de comunicação local e os princípios comunitários. Propõe-se também um estudo de caso das atividades de responsabilidade social, educomunicação e comunicação comunitária realizadas por duas mídias locais da cidade fluminense de Araruama, inspiradas nos objetivos e necessidades de movimentos sociais, centralizadas em algumas propostas sociais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) araruamense e aplicadas à conscientização da massa populacional da Região dos Lagos.

Palavras-chave: mídia local; APAE; mídia comunitária; educomunicação.

Introdução

Este artigo apresenta o estudo de caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município fluminense de Araruama. As investigações, as avaliações dialógicas e os juízos críticos da presente análise examinarão os processos e as atividades de responsabilidade social, que são realizadas pela instituição em conjunto com algumas mídias locais da Região dos Lagos.

Embora tenham propostas que possam diferenciá-las, as concepções de veículos comunicacionais comunitários e locais apresentam, em casos específicos, interfaces pro-

¹ Trabalho apresentado na DT de **Comunicação, Espaço e Cidadania** da Intercom Júnior – VI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação: evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda do curso de Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo) da Universidade Veiga de Almeida de Cabo Frio (RJ). Correio eletrônico: thales@live.it

³ Graduando do curso de Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo) da Universidade Veiga de Almeida de Cabo Frio (RJ). Correio eletrônico: roberta.albano@live.it

⁴ Docente do curso de Comunicação Social da Universidade Veiga de Almeida de Cabo Frio (RJ) e orientadora do artigo, que foi apresentado para a disciplina de Comunicação Regional. Correio eletrônico: heloizareis@hotmail.com



eminentes. Inicialmente, observa-se a interação entre ambas as sortes de mídia nas suas respectivas definições. A mídia local intenta reproduzir a lógica dos veículos de comunicação nacionais nos aspectos gerenciais e propositivos, mas se diferencia dos grandes meios de comunicação porque trata de assuntos locais, atém-se às particularidades regionais e explora sua região como um nicho de mercado (PERUZZO, 2003, p. 11).

As mídias comunitárias são veículos que executam os processos de comunicação fundamentados em princípios públicos como o acesso universal à informação, a isenção de fins lucrativos, a intensa participação populacional, a propriedade coletiva e a difusão de conteúdos educacionais, culturais, militantes e regionais (PERUZZO, 2006).

As reflexões deste artigo examinarão mídias locais como a Rádio Costa do Sol e o jornal impresso “A Voz de Araruama” – que nos motivaram ao estudo de caso porque, de acordo com diversos grupos sociais da cidade investigada, ambos os veículos beneficiam o trabalho da APAE de Araruama e divulgam informações que estimulam os habitantes à solidariedade, à sustentabilidade e ao cumprimento dos deveres sociais.

Nos dias 17 e 24 de junho deste ano, entrevistamos a fonoaudióloga e coordenadora técnica Viviane Frota. Durante a visita à APAE, fomos apresentados aos profissionais apaeanos e tentamos compreender a relação entre a associação, as mídias locais e a comunidade apaeana.

Estudaremos os eventos e práticas da instituição que beneficiam a comunidade e analisaremos a utilização de ambos os veículos supracitados nos projetos sociais realizados para a conscientização dos moradores a respeito dos deficientes físicos e mentais. A APAE, desde sua origem, apresenta uma qualidade plenamente social. As necessidades especiais das crianças motivaram seus pais e familiares à construção da primeira APAE, no ano de 1954. A instituição objetiva compensar a participação insuficiente do governo em seus projetos sociais. Portanto, a sua existência é essencialmente popular.

Alguns cargos da APAE de Araruama, tanto quanto nas demais associações, são exercidos por profissionais voluntários, mas os funcionários e a comunidade conseguem manter a organização correta e transparente da instituição. Os trabalhos da APAE, além de serem dedicados aos pacientes, abrangem e auxiliam todo o meio comunitário.

Este estudo dilucidará o relacionamento da associação com a mídia local, explicará a atuação comunitária dos dois veículos locais em relação à APAE e esclarecerá as



formas encontradas pelos funcionários da instituição e pelos familiares dos excepcionais para combater o preconceito, a intolerância e a intransigência social.

Definições e particularidades das mídias comunitárias e locais

Quando os meios de comunicação asseguram a participação de comunidades em seus processos midiáticos, observa-se que os indivíduos se tornam coautores de um novo dispositivo sociocultural: a difusão das práticas cidadãs. Então, um veículo de comunicação é intitulado comunitário quando se dedica aos temas de uma comunidade.

São denominadas comunitárias as mídias que divulgam assuntos interessantes às comunidades, aos segmentos populacionais e aos movimentos coletivos que usualmente não figuram entre os conteúdos dos veículos de comunicação tradicionais (PERUZZO, 2003, p. 8). Se os emittentes compartilham dos progressos comunitários, desenvolvem práticas da responsabilidade social, oferecem espaços em sua programação às reclamações das comunidades, não se singularizam por fins beneficenciais, possuem o apoio cultural das instituições governamentais e privadas, não transmitem anúncios publicitários, noticiam eventos comunitários, divulgam a cultura e a arte das zonas periféricas, conscientizam a população a respeito do consumo das drogas psicoativas ou promovem campanhas contrárias à discriminação racial, podemos considerá-los mídias comunitárias (PERUZZO, *op. cit.*, p. 8-9).

Na sociedade brasileira, as comunidades são representações abstratas de um grupo social acolhedor e familiar em que os seus membros se sentem felizes e afortunados, mesmo que vivenciem situações adversas e problemáticas. Imagina-se que os moradores de uma comunidade coexistem de modo seguro, respeitoso e agradável, além de se ajudarem e nunca se sentirem estranhos entre seus semelhantes (BAUMAN, 2001, p. 8). A comunidade também é habitualmente vista como algo que já foi ou que ainda será.

Entretanto, não se deve estender o significado da comunidade aos agrupamentos físicos de pessoas, *id est*, aos bairros, às cidades, aos segmentos étnicos, às religiões, aos meios acadêmicos e outras aglomerações (PERUZZO, 2003, p. 6). A existência das comunidades nos indica que não há apenas uma proximidade espacial entre os seus partícipes. As comunidades são condições sociais em que bens concretos e modelos consci-

enciais são compartilhados por vários indivíduos. Portanto, vive-se em uma comunidade quando diferentes pessoas são entreligadas a um mesmo ideário.

Segundo Zygmunt Bauman (2001, p. 9), as comunidades são um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance – mas no qual nós gostaríamos de estar e esperamos possuir. Então, os veículos comunicacionais que são considerados comunitários dispõem de um instrumento essencial para a conquista do seu *target*. Eles são intitulados ou se qualificam comunitários, já que o termo os torna credíveis, e conquistam, em consequência, uma audiência maior. A ligação das mídias às comunidades age como uma ferramenta propulsora para a multiplicação de receptores, pois atividades altruístas na sociedade brasileira constituem autopromoções infalíveis.

Mas qual local poderia ser chamado, nas vivências práticas, de comunidade? Os parâmetros sociais de comunidade são meramente abstratos. Este fenômeno já foi observado anteriormente. A comunidade é a representação fantasmática do lugar perfeito que uma instituição ou bairro poderia se tornar. O padrão utópico serve de grau comparativo para que as reais comunidades elaborem as suas metas de progressão comunitária.

A comunicação comunitária, em algumas instâncias coletivas, é um conduto que os segmentos sociais marginalizados utilizam para expressar suas necessidades, suas urgências e seus interesses. O uso da comunicação comunitária deve ser destinado à prestação de serviços, à capacitação intelectual dos cidadãos e à difusão de informações relativas ao meio comunitário. As mídias e as redes implicadas nos processos comunitários são expressivas em diversos países da América Latina (PERUZZO, 2003, p. 10).

Os trabalhos dos veículos comunicacionais nas comunidades funcionam quando existe o sentimento de comunidade, ou seja, quando se tem uma coesão social que define o valor ou a presença de uma comunidade (PERUZZO, 2006, p. 13). A criação de uma comunidade transpõe a lugaridade, a infraestrutura e a aglomeração natural dos indivíduos de uma mesma espécie. De acordo com Cicilia Peruzzo (*op. cit., passim*), a localidade, ainda que seja uma condição fundamental, não é suficiente para que uma comunidade seja originada. Já que a comunidade é uma área comum, deve-se haver entre os seus membros a consciência de que eles coabitam o mesmo espaço.

Portanto, não nos pode ser suficiente que uma radioemissora ou um periódico se declare comunitário quando as suas propostas se diferenciam dos objetivos primários de



uma mídia comunitária. Uma cidade como Araraquara pode ter, no entanto, um veículo de comunicação local que – às vezes – serve de mídia comunitária à comunidade católica ou evangélica do município, divulga os projetos sociais do grupo e referencia os seus programas caritativos. Neste ínterim, verifica-se o fenômeno de interação entre a mídia local e os princípios das mídias comunitárias.

Diálogos entre os veículos de comunicação locais e comunitários

De acordo com Cicilia Peruzzo (*op. cit.*, p. 13), “há de se observar, portanto, que tratar de temas comunitários ou desenvolver conteúdos favoráveis ao processo de emancipação cidadã não é um privilégio dos meios comunitários”. Esta inferência sugere que, no Brasil, a comunicação comunitária possui uma estrutura polifônica, que alberga diferentes segmentos sociais e tipos distintos de meios comunicacionais. Ademais de termos veículos regionais e locais, as nossas maiores mídias têm focalizado temas respeitantes à deficiência mental e física. Os gêneros televisivos que mais têm influenciado a população neste processo evolutivo são os telenoticiários, as campanhas publicitárias e as telenovelas do horário nobre.

Em uma comunidade destituída de recursos econômicos, as mídias comunitárias se tornam caras e requerem meios pecuniários ou aptidões profissionais que poucas pessoas possuem. Em consequência, os veículos de comunicação locais reservam espaços à comunidade em suas programações para que os moradores reclamem do péssimo saneamento básico, do asfaltamento impróprio, da violência urbana e de outros dilemas.

As insatisfações populares direcionam as mídias à reformulação de suas propostas e conteúdos. Cicilia Peruzzo (2003, p. 14) registra que:

já é mais do que tempo de se ampliar os espaços para a programação local e regional nos meios de comunicação. É sabido o incômodo que é morar em cidades do interior dos estados, no Brasil de tão grandes diversidades, e ter que ficar assistindo somente aos noticiários de fatos ocorridos na capital, nas cidades mais importantes do país (principalmente Rio, São Paulo e Brasília) ou internacionalmente.

Os meios de comunicação devem, outrossim, adaptar, reformatar ou dispor espaços em suas listas de programas para que as comunidades possam ter as notícias referen-



tes ao lugar em que moram. As informações de categoria nacional ou internacional sempre serão importantes, mas as pessoas também gostam de saber e falar do que ocorre ou é realizado ao seu redor (PERUZZO, 2003, p. 14).

Quando as mídias locais se voltam à comunicação comunitária, os integrantes de uma comunidade se tornam participantes dos decursos midiáticos, coadjuvam os veículos de comunicação com imagens de acidentes, catástrofes ou outros eventos noticiáveis e protagonizam a reprodução jornalística dos acontecimentos – por meio de telefonemas ou mensagens eletrônicas às radiotransmissoras, *verbi gratia*. Nas extensões físicas, os grupos sociais se articulam por intermédio do intercâmbio econômico, cultural e simbólico onde se visibilizam valores, eventos históricos locais, festas religiosas e relações de parentesco, que moldam um macrossistema sociocultural compartilhado pelos seus integrantes (PERUZZO, *op. cit.*, p. 18).

Percebe-se que os grupos sociais constroem histórias próprias. Em consequência, as comunidades determinam inconscientemente a necessidade de não estarem completamente ligadas ao percurso histórico do estado. Portanto, os veículos comunicacionais de um município específico devem respeitar o espaço das informações regionais. Cicilia K. Peruzzo (*op. cit.*, p. 14-15) afirma que:

determinados fatos ocorridos na Prefeitura Municipal de uma capital como Vitória, por exemplo, não fazem muito sentido para quem mora em um interior do estado como São Mateus, no norte do Espírito Santo. No entanto, o cidadão de São Mateus certamente gostaria de ver na tela os assuntos relacionados ao poder público do seu próprio município. Um outro exemplo típico é o período de campanhas eleitorais. Os moradores de Domingos Martins (ES) somente tomam conhecimento de quais são os candidatos a prefeito e a vereador no “corpo a corpo”, já que na televisão passa apenas a campanha eleitoral da capital.

Além de algumas mídias locais enxergarem os acontecimentos regionais como o tipo de assunto que pouco interessa ao município, há veículos de comunicação que usam os resultados das reivindicações para seu próprio mérito. Um programa radiofônico que abrange uma grande região, *exempli gratia*, concede um espaço em seu horário para os moradores que queiram telefonar e reclamar das carências de moradia, segurança, transporte, saúde e educação. Quando as queixas atraem a resolução dos obstáculos, o jornalista, repórter ou locutor da radioemissora tende a se vangloriar e se responsabilizar pelo desfecho satisfatório da situação (PERUZZO, *op. cit.*, p. 19). Quando um veículo ou um de seus representantes se apropria desonestamente do mérito pertencente à comunidade,



as pessoas podem se desmobilizar dos movimentos sociais e acreditar mais na mídia que nas associações populares de onde vieram (PERUZZO, 2003, p. 20). Então, os meios de comunicação devem selecionar criteriosamente os profissionais que *in posterum* possam integrar suas equipes jornalísticas para que o fenômeno supraexposto jamais ocorra.

As mídias e a responsabilidade social da APAE no Brasil

A primeira APAE foi criada no dia 11 de setembro de 1954 e idealizada principalmente pelos pais de excepcionais como uma forma de união contra a omissão dos governantes e o preconceito generalizado, ou seja, a instituição nasceu da essência comunitária para atender às necessidades da própria comunidade. Já existia, na mesma época, a Sociedade Pestalozzi, que exerce um trabalho semelhante ao da APAE, embora tenha equipes mais sobrejacentes de profissionais e infraestruturas mais modernas. No caso da APAE, muitos cidadãos visavam instigar o apoio mútuo e ajudar os deficientes. Então, a população se juntou e construiu, aos poucos, a primeira sede brasileira no Rio de Janeiro para que os excepcionais fossem devidamente atendidos.

As APAEs se organizam como uma grande e única empresa. A unidade principal coordena as demais instituições do Brasil. Tem-se o sistema da Federação Nacional que padroniza e planeja o desenvolvimento de cada unidade integrante da rede das APAEs e há um congresso das APAEs em que comparecem os diretores de várias unidades. Neste evento, ocorre a escolha do próximo diretor da Fenapaes. O mandato dura dois anos e o representante é escolhido por meio de uma votação.

A unidade federativa da APAE observa o que acontece nas demais unidades durante um período de seis meses. Depois do período de observações, a Federação Nacional divulga um quadro de planejamento que aponta as dificuldades das unidades. Estas análises incorrem o progresso das associações e reafirmam o valor da instituição por intermédio da sua história e dos seus objetivos primordiais.

Os quadros de planejamento podem ser encontrados nos *websites* das APAEs na área de “transparência institucional”. Na mesma seção, pode-se ter acesso às prestações de conta da unidade. O *site* inclusive possui uma área dedicada à comunicação institucional em que se encontram todas as campanhas que acontecerão nas unidades.



A rede de *websites* da APAE está interconectada. Existe a página principal, que pertence à Federação Nacional das APAEs. Em subsequência, temos os demais *sites* que são separados por estados e, *a ulteriori*, por unidades. Cada unidade possui seu próprio portal. Por meio de *links*, as páginas se intercomunicam e o portal principal das APAEs estabelece um mapeamento de todos os outros *websites*, que são exibidos de modo simples e intuitivo na figura de um mapa geopolítico do Brasil.

O jornal impresso do Rio de Janeiro é recebido pelas APAEs da Região dos Lagos e das demais áreas do estado. A edição estadual do periódico é impressa no município de Três Rios. O periódico é produzido pela Federação das APAEs do Rio de Janeiro e o jornal federal é produzido pela Federação Nacional das APAEs (Fenapaes).

Os portais divulgam todos os eventos que irão acontecer em cada unidade. No entanto, os *websites* são raramente acessados no interior dos estados brasileiros. As mídias locais e comunitárias, em consequência, chamam a atenção dos moradores. Os *sites* costumam atuar mais como um meio de informação às unidades das capitais que como a leitura diária dos cidadãos provincianos.

Hoje os *sites* dispõem de um novo sistema que permite a administração por meio de um *login* e uma senha. Então, os portais das APAEs também funcionam como páginas corporativas. Observa-se, igualmente, a integração com redes sociais como o Orkut, o Twitter e o Facebook, além de interfaces com a rede de vídeos “YouTube”, que serve de espaço publicitário para a APAE. Os conteúdos audiovisuais postados nos portais das APAEs costumam estar hospedados no YouTube. O uso do YouTube isenta as instituições apaeanas da compra de servidores próprios para a hospedagem de entrevistas, propagandas e filmagens institucionais. Os *blogs* da APAE que postam os vídeos supracitados funcionam como *vlogs*⁵.

Desde 1964, a APAE realiza a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que é um dos projetos mais representativos da ideia de que a APAE deve educar e incluir as comunidades no ambiente de trabalho de suas unidades. A instituição defende o método de inclusão da família nos tratamentos, pois o deficiente – em sua casa – deve ser protegido da intolerância familiar. Quando é aceito em seu lar, o ex-

⁵ Os videoblogues – que também são chamados de *vlogs* ou *videoblogs* – são variantes do *weblog* em que os principais conteúdos são os vídeos. Os *vlogs* possuem uma estrutura semelhante à dos *blogues* e dos *fotoblogs*, já que apresentam atualizações frequentes e se constituem como os *websites* pessoais mantidos por uma ou mais pessoas. Os vídeos são exibidos na própria página e não exigem o *download* de quaisquer arquivos.



cepcional progride ao longo de suas sessões terapêuticas, alcança resultados positivos na progressão gradativa de sua expressão vocal e aperfeiçoa a sua sociabilidade.

Ainda que a associação combata o preconceito e utilize as mídias locais de cada estado para explicar aos cidadãos a situação dos deficientes, os profissionais da APAE costumam informar às famílias – por meio dos jornais impressos, dos *websites* ou dos encontros de pais e funcionários apaeanos – que não se deve expô-los ao preconceito, às vexações públicas ou ao *bullying*. Esta medida protetiva garante a estabilidade emocional dos excepcionais. Portanto, a responsabilidade social se mostra conectada à preocupação que as APAEs têm de prestar serviços à população, abrir suas portas à participação popular, conscientizar as comunidades a respeito das deficiências e utilizar as mídias locais ou comunitárias para a promoção de suas atividades.

Apesar de existirem diversas filiais, a comunidade é o que realmente sustenta os gastos de cada unidade. Já que a APAE é o resultado concreto dos projetos de auxílio às comunidades, clarifica-se a integração das associações aos lugares onde elas são instituídas, ou seja, a associação também figura entre os membros da comunidade e – por conseguinte – é bem aceita por causa de suas metas, princípios e lutas, que representam um triângulo interdependente também partilhado pelos moradores das comunidades.

Segundo Zygmunt Bauman (2001, p. 9), os indivíduos sonham participar de uma comunidade. Então, infere-se que o diálogo entre moradores de comunidades e a APAE se torna um intercurso social que transcende os laços familiares. Apenas no Rio de Janeiro existem sessenta e duas unidades da APAE. O primeiro tópico da listagem de objetivos contida nos planejamentos de todas as unidades esclarece que a associação pretende promover e auxiliar a fundação de novas APAEs para que outras áreas populacionais se favoreçam dos seus serviços coletivistas.

O comunitarismo e a educomunicação das mídias locais araruamenses

No ano de 1978, a Rádio Costa do Sol transmitiu pela primeira vez a sua programação de modo experimental. Em 1981, a emissora obteve sua concessão de radiotransmissora comercial. Além de funcionar em tempo integral, percebemos – durante nossos contatos virtuais e telefônicos – que a radioemissora projeta comprar os equipamentos e materiais de construção para edificar o segundo andar da rádio. No piso superior, a radi-



oemissora presidirá uma TV educativa e comunitária que terá o mesmo nome, embora já possua uma antena de transmissão instalada na cidade de São Pedro da Aldeia.

A emissora é a única rádio da cidade de Araruama, ademais de chegar a cidades como Saquarema, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Armação dos Búzios, Maricá, Arraial do Cabo, Silva Jardim, Macaé, São Gonçalo, Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Rio das Ostras. A transmissão da Rádio Costa do Sol possui um longo alcance porque é uma radioemissora AM. Sua abrangência também atinge a praia de Icaraí e a Barra da Tijuca.

A radioemissora possui um programa político intitulado “Canal Aberto com Chiquinho da Educação” – em que o antigo prefeito de Araruama critica a governança atual do município e denuncia os problemas das comunidades e bairros araruamenses⁶. Entretanto, muitos populares concordam que os programas reservados aos políticos trazem à mesa dos ouvintes alguns conteúdos subjetivos e demasiadamente partidários.

Durante os programas “Antena Livre” e “Conexão 560”, os radioespectadores de comunidades araruamenses contatam a emissora e relatam ao vivo seus problemas, que quase sempre são obstáculos enfrentados por outros habitantes dos lugares em que os reclamantes vivem.

Constata-se que a radioemissora desempenha, de modo satisfatório, os serviços de utilidade pública e responsabilidade social, pois os radiojornalistas da emissora, além de considerarem o descontentamento dos ouvintes, reproduzem as mesmas informações *ad nauseam* até que os problemas comunitários sejam solucionados. Os programas televisivos ou radiofônicos, mesmo que não sejam produzidos com o envolvimento ativo da população, podem contribuir para a formação da consciência crítica e a ampliação do nível de conhecimento dos emissores e receptores (PERUZZO, 2008, p. 147).

Os programas radiofônicos já são fundamentalmente educativos porque comunicam. Todavia, percebe-se a proeminência da educomunicação na Rádio Costa do Sol, já que a população e os seus representantes compartilham ativamente dos processos comunicacionais. A radioemissora noticia eventos culturais, trata de temas sociais relevantes ou

⁶ O programa começa às 8h e termina às 9h. O antigo prefeito também visita lugares problemáticos da cidade e transmite *in situ* as descrições de buracos, asfaltos danificados e outras falhas do atual governo municipal. Quando difunde as insatisfações dos araruamenses, Chiquinho leva às áreas prejudicadas o seu jumento em um automóvel para atrair a atenção dos transeuntes às reivindicações comunitárias.



polêmicos e promove a educação ambiental. Visto que é uma mídia educacional, o Rádio Costa do Sol é um bem público importante para a comunidade araruamense. Segundo Cicilia Peruzzo (*op. cit.*, p. 147-148), os meios de comunicação que educam e informam se dispõem ao progresso humanitário enquanto agem como ferramentas hábeis à democratização veloz, fidedigna e interessante do acesso à cultura, ao conhecimento e à informação – do senso comum ao científico.

Atividades interagentes da APAE de Araruama e das mídias locais

Em atividade desde maio de 2000, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruama funciona como uma sociedade filantrópica de qualidade educacional e assistencial. A entidade mantém uma escola especializada no atendimento das crianças e adolescentes que possuem necessidades especiais. Hoje a instituição tem um número de matrículas que já perfaz 200 pacientes, aproximadamente.

Os deficientes são inseridos em um programa de atendimento individual ou grupal feito por uma equipe multiprofissional composta por duas fonoaudiólogas, uma fisioterapeuta, um terapeuta ocupacional, uma pedagoga, duas professoras, duas psicólogas, uma instrutora de artes, uma professora de Educação Física e um neurologista – que trabalha em outras unidades da Região dos Lagos, aparece de 15 em 15 dias para as avaliações dos deficientes e é cedido pela prefeitura de Araruama.

A instituição trata dos deficientes intelectuais, pois a maioria dos pacientes apresenta esta disfunção mental. Entretanto, a coordenadora técnica Viviane Frota ratifica a diferença entre as deficiências e os retardos mentais. O retardo mental é um termo usado para descrever os baixos níveis de funcionamento intelectual, enquanto a deficiência intelectual – que também é chamada de deficiência mental – corresponde à soma dos problemas que ocorrem no cérebro humano e levam seus portadores a um baixo rendimento cognitivo, embora a deficiência não afete outras regiões e funções cerebrais.

O terapeuta ocupacional Lair Ralha trabalha na atual sede da APAE de Araruama desde a sua fundação e assinala que a região precisa de mais informações. Percebe-se que, na televisão, as grandes mídias ajudam entidades como o Teleton e divulgam os trabalhos da instituição. Emissoras como a Rede Globo divulgam os números telefôni-



cos para que os telespectadores doem quantias diversas ao Criança Esperança. Algumas instituições como a Sociedade Pestalozzi de São Paulo costumam ser vistas nos veículos de comunicação, mas onde se vê uma propaganda regional a respeito da APAE de Araruama? “As pessoas assistem às campanhas federativas e estaduais. Portanto, elas veem que a APAE existe, mas poucas mídias enfocam as comunidades apaeanas regionais. A nossa instituição ainda precisa de uma projeção maior”, afirma Lair Ralha⁷.

A instituição trata de psicopatologias como o retardo mental, a deficiência múltipla, a síndrome de Down, a síndrome de Kabuki, a síndrome de Rett, a encefalopatia e outras disfunções psíquicas ou físicas. Em Araruama, a APAE trabalha a parte neurológica dos pacientes e dispõe de um centro de Equoterapia⁸.

Antes de ser fundada a atual APAE de Araruama, existia outra associação que usou o mesmo nome, apresentou uma gestão financeira incorreta e não ofereceu os serviços inicialmente propostos à comunidade. Então, o funcionamento enigmático da antiga sede foi descontinuado e deixou uma imagem questionável das APAEs na cidade.

Segundo Viviane Frota, a sede atual ainda encontra obstáculos durante seu trabalho social realizado nas comunidades araruamenses. “Ainda estamos removendo a reputação que o nome da instituição obteve em função das atividades da antiga sede, embora o diretor e os presentes profissionais da APAE já sejam bem estimados na cidade”.

Não existe uma cura para a maioria dos deficientes tratados na instituição. Pode-se chegar à alta em um setor específico, mas depois as crianças precisam de acompanhamentos dos avaliadores em oficinas profissionalizantes ou terapêuticas. Então, os excepcionais podem ser liberados, por exemplo, de assistências ambulatoriais, mas sempre terão de frequentar uma instituição. Algumas pessoas ainda compreendem a excepcionalidade como um item socialmente obstrutivo ou uma condição que deve ser transitória.

O trabalho da mídia para a associação é importante, pois muitos moradores tanto da cidade quanto da região confundem os trabalhos da APAE com os da APADA (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes de Audição) ou com os das AFADA (Assistência Filantrópica à AIDS de Araruama). Além de confundirem os nomes, alguns habitantes araruamenses ainda não sabem o que efetivamente são as APAEs.

⁷ Informações obtidas na entrevista realizada durante a visita à APAE do dia 17 de junho de 2010.

⁸ A lista completa de tratamentos pode ser consultada no endereço: <<http://araruama.apaebrasil.org.br/>>.



Enquanto decorria a primeira entrevista, o diretor Diocendino Rosa Frota estava participando de uma entrevista com o terapeuta ocupacional Lair Ralha na Rádio Costa do Sol, que é uma das mídias locais que mais ajuda a APAE de Araruama. A emissora sempre divulga os eventos, as jornadas científicas⁹, os novos tratamentos, a necessidade de estagiários, as festas beneficentes e os projetos sociais da instituição.

Durante a programação da Rádio Costa do Sol, o locutor costuma receber representantes ou profissionais da APAE de Araruama para entrevistá-los a respeito de novos tratamentos ou projetos sociais desenvolvidos pela instituição e pela comunidade apaeana. Em contrapartida, a radioemissora não está estacionada na mera divulgação de eventos beneficentes ou encontros. Ela sabe que a comunidade ouve os seus programas e, em consequência, julga efetivas as conscientizações radiofonicamente realizadas.

Segundo o terapeuta ocupacional Lair Ralha¹⁰, a família pode tirar o deficiente de uma instituição, mas ele sempre precisará de atividades similares porque necessitará de tratamentos ao longo de toda a sua vida. As síndromes, as más formações, as encefalopatias e as doenças neurológicas não são solucionáveis. Quando nascem excepcionais, as crianças continuarão excepcionais. Então, a APAE e a Rádio Costa do Sol empregam seus esforços para conscientizar os ouvintes, já que ambos os grupos compreendem que muitos integrantes da comunidade araruamense temem levar seus filhos à associação ou deixá-los conviver com os demais deficientes por causa do preconceito.

A associação tenta incluir o deficiente nas vivências sociais por meio de atividades profissionalizantes e motivacionais, além de promover anualmente um bloco carnavalesco onde os foliões são as equipes da APAE, os excepcionais e seus respectivos familiares. “Queremos reduzir o repúdio que muitas pessoas ainda externam ao deficiente físico ou mental. Antigamente, a segregação era justificada por códigos morais e religiosos. Santo Agostinho dizia que os deficientes são instrumentos de expiação”, rememora Lair Ralha. Alguns conceitos sociais, portanto, são ultrapassados, ainda existem e precisam ser esquecidos. “Ainda há famílias araruamenses que não passeiam com seus filhos

⁹ A jornada científica é uma grade de eventos científicos realizados pela APAE de Araruama – a cada dois anos – no Teatro Municipal de Araruama. As equipes da associação apresentam projetos sociais, os estagiários propõem um estudo científico dos pacientes que tenham analisado durante seus estágios e os pacientes apresentam peças teatrais.

¹⁰ Lair Ralha é terapeuta ocupacional e especialista em Estimulação Precoce – além de ser pós-graduado em Docência do Ensino Superior e Terapia Familiar. Atualmente, Ralha também é o coordenador de projetos da APAE de Araruama e atua como coordenador de Apoio à Família da Federação das APAEs do Estado do Rio de Janeiro. Figura entre os seus projetos mais expressivos a utilização do teatro na Terapia Ocupacional para o aceleração da aprendizagem dos deficientes intelectuais.



excepcionais porque o preconceito as coíbe. Algumas comunidades cristãs comparam as deficiências, o retardo mental e o câncer às maldições bíblicas”, assevera Ralha.

Os processos de comunicação comunitária se tornam mais visíveis quando temos a apropriação de ferramentas da comunicação dirigida como pequenos jornais, cartazes, panfletos, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, *banners*, megafones e caixas de som (PERUZZO, 2006, p. 10). O sonho dos direitos individuais resulta em uma construção comunitária que se vale de meios tanto rudimentares quanto modernos. Portanto, os blocos carnavalescos da APAE implicam efeitos sociais. Pode-se verificar que:

os meios artesanais foram os que se mostraram viáveis nos períodos iniciais da ação dos movimentos populares. Já no segundo momento, há o empoderamento social das tecnologias mais avançadas de comunicação que passa pelo videocassete, alto-falante, rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema a cabo e *internet*. Empoderamento (de *empowerment*) significa a participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais (políticas públicas relacionadas à educação, à saúde, ao transporte, às questões de gênero e à geração de renda) e nos meios de comunicação. O desafio atual é avançar no empoderamento qualitativo e amplo das novas tecnologias da comunicação (PERUZZO, 2006, p. 10).

Os repórteres da InterTV Alto Litoral por vezes visitam a instituição para gravar matérias, mas o envolvimento da rede não é frequente. Os jornalistas vão à APAE quando querem, por exemplo, denunciar os atrasos dos ordenados, a ausência de um neurologista ou a falta de verbas. No entanto, as matérias dificilmente conscientizam a população. “Os meios de comunicação locais que consciencializam a população da Região dos Lagos e de Araruama são o jornal ‘A Voz de Araruama’ e a Rádio Costa do Sol”, afirma Viviane Frota. O jornal impresso “A Voz de Araruama” já publicou matérias referentes à inclusão social dos excepcionais e divulga notícias da APAE de Araruama, enquanto a Rádio Costa do Sol concede um espaço à comunidade e, em subsequência, recepciona e divulga o projeto da APAE de combate à intransigência e ao preconceito.

Considerações finais

Confirma-se, portanto, que as mídias locais, as comunidades e a APAE da cidade de Araruama buscam atualizar a sociabilidade dos cidadãos em relação aos excepcionais e se propõem a posicionar a deficiência física ou mental como uma maneira natural e possível de se viver entre os demais membros da sociedade. As pressões, as demandas



e as exigências dos grupos sociais ensejam a democratização dos meios de comunicação e este fenômeno já pode ser entrevisto no crescimento do número de emissores como os canais gratuitos de televisões por assinatura, na evolução das telecomunicações, na área da radioemissão comunitária e na presença progressiva dos grupos populares nas mídias sociais, isto é, nas redes de relacionamento. As comunicações populares têm se voltado ao enlace de conteúdos lúdicos e educacionais à televisão e às demais mídias.

Os conteúdos relacionados ao entretenimento também têm sido incorporados aos meios comunicacionais de acesso gratuito. Portanto, percebe-se que a noção de acesso à comunicação como um direito de todos os indivíduos se interassociou às mídias. Os veículos de comunicação analisados neste artigo apresentaram características avançadas da responsabilidade social, da educação e da comunicação comunitária. As propostas comunitárias surgem como possibilidades inéditas de socialização sob o propósito de combater modelos socioeconômicos em que o número de excluídos se encaminha a uma lamentável autoamplificação (PAIVA, 2003, p. 26 *apud* PERUZZO, 2006, p. 15).

Se as comunicações populares e comunitárias se desenvolvem por meio da popularização e da manifestação dos movimentos sociais, pode-se dizer que a inclusão social dos excepcionais promovida pela APAE e pelas comunidades de Araruama se associa às mídias locais, impulsiona a atuação dos meios como veículos comunitários e resulta em três produtos: a educação, a responsabilidade social e a urbanidade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Círcia K. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, 2 a 6 de set. de 2003.

_____. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, 6 a 9 de set. de 2006.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: ROLIM, Renata (org.). **Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação**. Recife: Oito de Março, 2008, v. 1, p. 123-151.